



SOB A INFLUÊNCIA DE WITTGENSTEIN¹

Gilson Olegario da Silva

Universidade Federal de Santa Maria
Santa maria – RS - Brasil
gilsonolegario@gmail.com

Resumo: A chamada “nova literatura” de Wittgenstein atribui à má leitura do *Tractatus* por Carnap a origem de leituras equivocadas realizadas por comentadores posteriores. Este artigo procura traçar a origem histórica da interpretação carnapiana do *Tractatus*, tomando por base os relatos pessoais de Carnap incluídos em sua autobiografia e no prefácio de *Aufbau*. Analisam-se também alguns dos argumentos de James Conant (um dos expoentes da nova literatura sobre Wittgenstein) e Peter Hacker, a respeito da interpretação atribuída à Carnap, indicando alguns equívocos cometidos por eles.

Palavras-chave: Carnap. Wittgenstein. Conant. Sem-Sentido. Metafísica

UNDER THE INFLUENCE OF WITTGENSTEIN

Abstract: The so-called “new literature” on Wittgenstein attributes to Carnap’s misreading of the *Tractatus* the origin of further misreading of the book by later commentators. This paper attempts to trace the historical origin of Carnap’s interpretation of the *Tractatus*, based on personal reports included in his autobiography and on the Preface to the *Aufbau*. It also analyzes some of the arguments by James Conant (one of the leading figures in the new literature on Wittgenstein) and Peter Hacker concerning the interpretation attributed to Carnap, pointing out some mistakes made by them.

Keywords: Carnap. Wittgenstein. Conant. Nonsense. Metaphysics

* * *

Introdução

A nova literatura sobre Wittgenstein atribui à má leitura do *Tractatus* por Carnap a origem da leitura equivocada realizada por comentadores posteriores. Este artigo procura traçar a origem histórica da interpretação carnapiana do *Tractatus* com base em relatos pessoais de Carnap incluídos em sua autobiografia e no prefácio ao *Aufbau*. Analisam-se também alguns dos argumentos de James Conant (um dos expoentes da nova literatura sobre Wittgenstein) e Peter Hacker, a respeito

¹ Sou grato ao Rogério Passos Severo e Gisele Secco pelos comentários a este artigo.

da interpretação atribuída à Carnap, tentando mostrar alguns equívocos cometidos por eles.

Como veremos a seguir, Carnap inicialmente atribuiu certas posições filosóficas a Wittgenstein, que depois verificou não serem condizentes. Após esse reconhecimento, prosseguiu em sua agenda própria de problemas, apenas debitando a herança de Wittgenstein como inspiração, não pretendendo assim desenvolver uma análise ou uma interpretação da filosofia de Wittgenstein, nem colocar-se como um seguidor do seu pensamento.

1. Contato de primeiro grau com Wittgenstein

Carnap é amplamente influenciado, em sua época de Viena, pelo pensamento de Wittgenstein.² No entanto, em interpretações recentes da obra de Wittgenstein, mais especificamente de seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (doravante: *Tractatus*), argumenta-se que Carnap e seus colegas do Círculo de Viena entenderam erroneamente a posição wittgensteiniana sobre a metafísica, influenciados pelo famoso penúltimo aforismo do *Tractatus*:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar for à escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente (6.54).

A seguir veremos em que consiste o erro de leitura que essa passagem teria motivado. Mas note-se desde já que o próprio Wittgenstein menciona esse fato em uma carta a Schlick:

Não consigo imaginar que Carnap tenha entendido total e absolutamente mal as últimas frases do livro – e, portanto, a concepção fundamental de todo o livro (Wittgenstein, Letter to Moritz Schlick, August 8, 1932).

No prefácio à segunda edição de *Der Logische Aufbau der Welt* (doravante: *Aufbau*), Carnap explica a motivação de seu artigo “Scheinprobleme in der Philosophie: Das Fremdpsychische und der Realismusstreit”³ – publicado em 1928, ao mesmo tempo que *Aufbau*, mas escrito no final de 1927, ou seja, ainda sem o contato pessoal com Wittgenstein⁴ – dizendo que sua recusa de temas como o da realidade ou irrealidade do mundo exterior e da realidade ou irrealidade do domínio heteropsicológico fora mais radical que aquela do *Aufbau* pela forte influência da “concepção de Wittgenstein de que as frases da metafísica são sem sentido já que não são em princípio verificáveis”. Muito embora “Wittgenstein não tenha incluído tais teses [realidade do mundo exterior e do heteropsicológico] entre as doutrinas metafísicas que seriam rejeitadas” (Carnap, 1967, p. XI). Essas citações indicam que, para Carnap nessa época, a concepção de Wittgenstein seria a de que teses metafísicas devem ser rejeitadas por não serem verificáveis. Esse seria, em sua opinião, o critério demarcador entre o “com sentido” e o “sem sentido” defendido por Wittgenstein.

² Ver o que ele próprio diz em seu ensaio autobiográfico: Carnap, 1963, p. 28.

³ Tradução brasileira disponível no volume ‘Schlick/Carnap’ da coleção ‘Os Pensadores’: “Pseudoproblemas na filosofia”.

⁴ Ver Carnap, 1967, p. X.

É bem conhecido o fato de que dentro do Círculo de Viena os participantes estudaram atentamente o *Tractatus*. Carnap relata na sua autobiografia que “no Círculo de Viena leu-se em voz alta e discutiu-se frase a frase uma grande parte do *Tractatus Logico-Philosophicus*” e que muitas vezes precisaram “de grandes reflexões para chegar ao seu significado, e em outras ocasiões não encontramos nenhuma interpretação clara. Mesmo assim, entendemos grande parte do livro e mantivemos discussões animadas sobre ele” (Carnap, 1963, p. 24). Descrevendo ideias que foram influentes sobre ele, Carnap ressalta a concepção apreendida da leitura do *Tractatus* de que a verdade das proposições lógicas depende somente da sua estrutura lógica e que, portanto, essas proposições nada dizem sobre o mundo. Do mesmo modo, ressalta a concepção de que das muitas proposições filosóficas, em particular as da metafísica tradicional, várias são pseudoproposições (Carnap, 1963, p. 25).

Descobri que a opinião de Wittgenstein sobre esse ponto estava próxima daquela que eu havia desenvolvido anteriormente sobre a influência de cientistas e filósofos antimetafísicos. Havia me dado conta de que muitas destas proposições e questões tinham sua origem no mau uso da linguagem e em uma transgressão da lógica. Sob a influência de Wittgenstein essa concepção ficou fortalecida, ao fazer-se mais categórica e radical (Carnap, 1963, p. 25).

Vemos aqui que a ideia da falta de conteúdo cognitivo das proposições da metafísica foi apenas reforçada sob a influência de Wittgenstein e não propriamente importada de sua obra. Adiante na Autobiografia (p. 61-63), Carnap relata os diversos e curiosos encontros que os participantes do Círculo de Viena mantiveram com Wittgenstein, bem como o conteúdo de suas conversas. Uma observação em particular parece importante para nossa discussão presente. Ao relatar uma conversa específica com Wittgenstein sobre religião, em que Schlick defendeu a opinião de que a religião pertence uma fase infantil do desenvolvimento da humanidade e que ela desapareceria com o progresso cultural, Wittgenstein, com seu humor hipersensível característico, rechaça fortemente tal asserção; a mesma reação ocorre quando Schlick critica um autor metafísico.⁵ Carnap então descreve a atitude dividida de Wittgenstein a respeito da metafísica: “era como se de um lado ele percebesse que muitas das proposições careciam de sentido e de outro sofria emocionalmente por tal constatação”, “como se ele se visse obrigado a admitir uma debilidade em um ente querido”. Diferente de Wittgenstein, Carnap comenta: “nem Schlick nem eu sentíamos nenhum afeto pela metafísica ou pela teologia metafísica, e, portanto, podíamos abandoná-la sem conflitos nem reprovações internas” (Carnap, 1992, p. 63).

Ao ler o livro em Viena, Carnap pensara erroneamente que a atitude de Wittgenstein diante da metafísica era parecida com aquela dos integrantes do Círculo. Mais tarde percebe, à luz desses episódios pessoais, que não tinha dado suficientemente atenção àquelas passagens do *Tractatus* sobre mística, nem tampouco percebido o tratamento ambivalente dado à metafísica. Refletindo, Carnap diz que a ambivalência de Wittgenstein com respeito à metafísica “era somente um aspecto particular de um conflito interno, consubstancial, de sua personalidade, que lhe fazia sofrer profunda e dolorosamente” (Carnap, 1992, p. 63). Assim, percebe-se que algumas crenças e atitudes que a princípio os integrantes do Círculo, mais especificamente Carnap, atribuíram a Wittgenstein, com o tempo e o contato

⁵ Segundo Carnap, esse autor talvez fosse Schopenhauer, mas não lembra com precisão.

peçoal, mostraram-se diferentes das defendidas por ele. Retrospectivamente, então, Carnap atribui seu “erro” de interpretação do *Tractatus* à relação pessoal conturbada de Wittgenstein com a metafísica, que teria produzido nele uma atitude ambivalente. Justamente esse tipo de erro de interpretação cometida por Carnap – consistente em ler no *Tractatus* uma rejeição pura e simples da metafísica – é normalmente apontado pela linha interpretativa resoluto do *Tractatus* (Conant, Diamond: os chamados “novos wittgensteinianos”).

2. As novas interpretações Wittgenstein

Em “The Method of the *Tractatus*” (2002, p. 378), Conant acusa não somente Carnap, mas várias gerações de comentadores posteriores de Wittgenstein de não terem dado suficiente atenção à distinção entre “nonsense” e “to elucidate” e, portanto, junto com Carnap, não captarem a concepção fundamental de todo o livro. Conant (2002, 375) distingue duas leituras do *Tractatus*, a leitura positivista e a leitura inefabilista. Mais recentemente a sua própria leitura (e de Cora Diamond), a “leitura resoluto”,⁶ mostra-se com uma reação às anteriores. A seguir concentramos em dois trabalhos de Conant para mostrar alguns equívocos em sua leitura da obra de Carnap.

Conant pretende mostrar (2002, p. 376) que a visão inefabilista e a visão positivista são no fundo a imagem espelhada uma da outra, e que nenhuma faz jus ao texto do *Tractatus*, pois ambas interpretações atribuem à filosofia uma tarefa que não está sendo admitida, mas relegada à candidata para elucidação. Segundo Conant (2002, p. 375), o que caracteriza a leitura positivista é a identificação de um tipo de contrassenso, aquele produzido pela falta de atenção às regras da linguagem. Nessa leitura, os metafísicos são levados, pela ambiguidade natural da linguagem comum, a confundirem-se no uso das palavras e a tentar expressar proposições que parecem ter sentido, mas que sob inspeção acurada não passam de contrassensos.

A linha interpretativa inefabilista, por sua vez, defende uma partição entre dois tipos de contrassensos (iluminadores e enganosos) e critica a interpretação positivista por não perceber tal distinção. Os positivistas não teriam dado suficiente atenção à distinção entre dizer e mostrar, e por isso não conseguiram entender o verdadeiro espírito do livro, tal como fica explícito na carta de Wittgenstein à Schlick. A linha inefabilista admite a possibilidade de “teses” metafísicas, mas estas seriam indizíveis; só poderiam ser mostradas.

Os intérpretes resolutos, por sua vez, argumentam em favor de uma continuidade entre o *Tractatus* e as *Investigações Filosóficas*. As interpretações inefabilista e resoluto divergem, entre outras coisas, sobre como o penúltimo aforismo do *Tractatus* deve ser lido. Os resolutos sugerem uma leitura literal, e por isso precisam explicar como entendemos o resto do livro, que seriam então um conjunto de contrassensos a serem jogados fora depois de percorridos. Um dos desafios à leitura resoluto está em indicar que tipo de clareza é fornecida pelo *Tractatus*.

Essas dificuldades não parecem ser tão grandes aos inefabilistas, uma vez que eles dispõem de uma diferenciação entre duas espécies de contrassenso: o

⁶ Para um apontamento sobre o termo “resoluto”, ver (Conant, 2006, p. 172).

mero contrassenso e o contrassenso iluminador. O mero contrassenso não é inteligível e não expressa nenhum pensamento, mas o contrassenso iluminador (ou substancial) é composto de conceitos com sentido combinados de forma ilegítima, de modo a possibilitarem um tipo especial de pensamento que mostra aquilo que não pode ser dito. Esse tipo de leitura, Conant sugere, é característica dos textos de Carnap, principalmente “Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache” [doravante: *Überwindung*] e fornece a chave de leitura para a leitura positivista (e inefabilista) do *Tractatus* (ver Conant, 2002, p. 376). O *Tractatus*, então, para os inefabilistas, seria composto por contrassensos iluminadores; e para os positivistas, ao menos em intenção, como um trabalho que relega o que não pode ser dito ao silêncio.

A formulação de Hacker é esta:

Os filósofos tentam dizer aquilo que só pode ser mostrado, e o que dizem, sendo contrassensos, nem mesmo mostra o que eles tentam dizer. No entanto, mesmo dentro da gama dos contrassensos filosóficos, (...) podemos distinguir (...) entre (...) contrassensos iluminadores e contrassensos enganadores. Contrassensos iluminadores levam o leitor atento a apreender o que é mostrado por outras proposições que não pretendem ser filosóficas; além disso, ficará claro àqueles que apreendem o seu sentido, sua própria ilegitimidade...

(...) o *Tractatus* de fato consiste em grande medida de pseudoproposições. É claro, o que Wittgenstein quis dizer com essas considerações é (...), em sua opinião, bastante correta, que elas somente não podem ser ditas. Aparentemente o que alguém quer ou pretende dizer com uma observação pode ser apreendido ainda que a frase proferida seja, estritamente falando, sem sentido (Hacker, 1968, p. 18-19, 26).

A alegação de Conant (2002, p. 405; 2001, p. 14) é que boa parte dos comentadores do *Tractatus* seguiram, sabendo ou não, as linhas interpretativas fornecidas por Carnap, e que este desenvolve um método de análise lógica da linguagem que pressupõe uma variação da concepção substancial de contrassenso. Para Conant (2001, p. 18), em *Überwindung*, Carnap estaria distinguindo duas formas possíveis de proposições contrassensuais, o primeiro tipo composto de palavras sem sentido e um segundo tipo composto de palavras com sentido arranjadas de um modo que o resultado produzido é sem sentido. Conant (2001, p. 20) cita parcialmente esta passagem da segunda seção de *Überwindung*:

Ao dizer que as assim chamadas proposições da metafísica são sem sentido, entendemos essa palavra em seu sentido rigoroso. Em um sentido não-rigoroso, uma proposição ou uma pergunta, às vezes, é dita sem sentido se é inteiramente estéril enunciá-la ou perguntá-la, como, por exemplo, a pergunta: “qual é o peso médio daqueles habitantes de Viena cujo número de telefone termina com três?”, ou sobre uma proposição que é obviamente falsa como “em 1910 Viena tinha 6 habitantes”, ou sobre uma proposição que não é apenas empiricamente, mas logicamente falsa, uma proposição contraditória, como “as pessoas A e B são um ano mais velhas que a outra, respectivamente”.

Tais proposições realmente possuem sentido, apesar de infrutíferas ou falsas, porque somente proposições com sentido podem ser

divididas em (teoricamente) frutíferas e infrutíferas, verdadeiras e falsas. Em sentido rigoroso, contudo, é sem sentido uma sequência de palavras que, dentro de uma linguagem específica, não constitui uma proposição. Pode acontecer que, à primeira vista, uma tal sequência de palavras pareça ser uma proposição; nesse caso, chamemo-la de pseudoproposição. Nossa tese, agora, é que a análise lógica revela que as pretensas proposições da metafísica são pseudoproposições.

Uma linguagem consiste em um vocabulário e uma sintaxe, isto é, um conjunto de palavras que têm significado e regras de formação de frases. Essas regras indicam como podem ser formadas frases a partir dos vários tipos de palavras. De acordo com isso, existem duas espécies de pseudoproposições: ou elas contêm uma palavra que, erroneamente, se acredita ter sentido, ou as palavras constituintes possuem significado, todavia estão arranjadas em uma forma contra-sintática, de modo que não geram uma proposição com sentido⁷ (Carnap, 1959, p. 61).

Conant (2002, p. 406; 2001, p. 18), em vista desta passagem, distingue dois tipos de contrassensos: um mero contrassenso (palavras sem significado) e em um contrassenso substancial (palavras arranjadas de forma não sintática). Conant rearranja a tese de Carnap em duas leituras, uma leitura fraca e uma forte, para a qual ele diz encontrar respaldo no texto original e na tradução equivocada de Arthur Pap. A leitura fraca diz a que os enunciados metafísicos não têm sentido por falharem em asserir algo, falham em constituírem-se proposições (*statements*).⁸ A leitura forte diz que as pseudoproposições metafísicas são meras sequências de palavras com aparência de proposições, meros contrassensos. A tradução de Pap, alega Conant, respalda uma leitura mais fraca, segundo ele, em que a forte é melhor percebida no texto original.

É uma de várias passagens (da versão original em alemão) do ensaio de Carnap que convida à versão forte mais prontamente do que à leitura fraca. Se Carnap, no decurso de seu ensaio, adere resolutamente ao que a leitura forte dessa passagem supõe que ele diz, então ele estaria esposando a concepção austera de contrassenso. É central ao ensinamento do *Tractatus* que é extremamente difícil ser bem sucedido em ser resolutos nesse assunto. Carnap não é bem sucedido (Conant, 2001, p. 21).

Na quarta seção do texto, também citada por Conant (2001, p. 18), Carnap ecoa a mesma tese:

Até agora consideramos apenas aquelas pseudoproposições que contêm uma palavra sem significado. Mas há um segundo tipo de pseudoproposição. Elas consistem de palavras com significado, mas arranjadas de um modo tal que, não obstante, resultam em nenhum sentido. A sintaxe de uma linguagem específica que combinações de palavras são admissíveis e quais são inadmissíveis. A sintaxe gramatical das linguagens naturais, entretanto, não satisfaz a tarefa da eliminação de combinações sem sentido de palavras em todos os casos (Carnap, 1959, p. 67).

⁷ Tradução própria, não publicada, do original de 1931.

⁸ Para Conant (2001, p. 20) “isso sugere que a classe de (‘sequência de palavras’ propriamente classificadas como) ‘proposições’ [*propositions*] é mais ampla do que aquela dos ‘enunciados’ [*statements*]”.

Hacker (2003, p. 5) argumenta que não há, nem no texto original, nem na tradução inglesa de Pap, nada que respalde essa divisão entre duas leituras do *Tractatus*. Há aqui alguns detalhes importantes. Nos dois trechos citados por Conant, a alternância entre “enunciados” [*statements*] e “proposições” [*propositions*] não aparece, mas em outros trechos da tradução de Pap ela é evidente. A tradução de Pap alterna entre esses usos – às vezes também usa “sentence” – para a tradução de “Satz”. Observe esse outro trecho de *Überwindung* no original:

(2) ist aber trotzdem sinnlos. “Primzahl” ist eine Eigenschaft von Zahlen; sie kann einer Person weder zu- noch abgesprochen werden. Da (2) aussieht wie ein Satz, aber kein Satz ist, nichts besagt, weder einen bestehenden noch einen nicht bestehenden Sachverhalt zum Ausdruck bringt, so nennen wir diese Wortreihe einen “Scheinsatz” (Carnap, 1931/32, p. 228).

Na tradução de Pap:

Nevertheless (2) is meaningless. “Prime number” is a predicate of numbers; it can be neither affirmed nor denied of a person. Since (2) looks like a statement yet is not a statement, does not assert anything, expresses neither a true nor a false proposition, we call this word sequence a “pseudo-statement” (Carnap, 1959, p. 68).

O fato das citações escolhidas por Conant não serem precisas ao mostrar esses usos alternados da tradução de “Satz” levou Hacker a questionar de modo global as afirmações de Conant. Vejamos o que diz o próprio Hacker:

A interpretação de Conant é bizarra. Já que não há no original alemão nenhuma sugestão de qualquer distinção entre proposição e enunciado, ou insinuação de que sequências sem sentido de palavras tenham significado sentencial ou expressam uma proposição, no máximo, poderia ter sido Pap que seria culpado de má tradução que encorajaria uma má interpretação. Mas, de fato, *contra* Conant, *também não há nenhuma sugestão na tradução de Pap*. Carnap afirmou inequivocamente que os *assim chamados* enunciados da metafísica não são nada mais que *sequências sem sentido de palavras* e que essas sequências sem sentido de palavras *constituem pseudoproposições*. A “leitura mais fraca” que Conant alega encontrar não tem base textual; e a insinuação de que em outros lugares de seu artigo Carnap cometeu o erro crasso de que ele é acusado não tem fundamento. Conant na realidade acusa Carnap de um erro filosófico grave, mas não produz qualquer tipo de evidência para suportar sua acusação (Hacker, 2003, p. 5, grifo do autor).

Apesar de descrever precisamente a opinião de Carnap sobre o assunto, Hacker não está completamente correto. Se nas passagens citadas por Conant a ambiguidade na tradução não é explícita, em outros trechos, como o que fornecemos acima, ela é. No entanto, disso a afirmar que “maioria dos comentadores” de Wittgenstein foram levados por esse engano a interpretarem o *Tractatus* por olhos carnapianos é um passo maior. Hacker, um dos autores que se identifica entre a “maioria dos comentadores” da “interpretação padrão” qualificados por Conant (Hacker, 2003, p. 3), é explícito em negar tal influência e tal interpretação.

Conant, todavia, não está totalmente correto em sua interpretação de Carnap sobre contrassensos. Muito embora Carnap de fato identifique duas formas

diferentes de pseudoproposições, o resultado não são dois tipos de contrassensos: um mero contrassenso e um substancial. Carnap é explícito, tanto em *Überwindung* como em outros textos da época, ao afirmar que está considerando o sem sentido da metafísica em sentido estrito (Carnap, 1959, p. 61; Carnap, 1934, p. 5; cf. Hacker, 2003, p. 5).

Carnap propõe um método de elucidação e afirma que a forma de mostrar o sem sentido de algumas das frases metafísicas é perguntando sobre o seu uso em proposições elementares do tipo “x é tal”. Pelo seu critério ou definição, invariavelmente, o metafísico não consegue e não quer definir um critério verificável, mas assim mesmo insiste que pretende dizer algo. Carnap é enfático em negar essa permissão:

(...) não permitiremos que seu usuário nos diga que, apesar disso, “pretende” alguma outra coisa com ela (...) após o critério ter sido fixado (...) não somos mais livres para “pretender” isto ou aquilo com a palavra (Carnap, 1959, p. 64).

Após o significado de uma palavra ser determinado por seu critério de aplicação (em outras palavras: pelas relações de redutibilidade registradas por sua proposição elementar, por suas condições de verdade, pelo método de sua verificação) a estipulação do critério destrói a liberdade de alguém decidir o que deseja “significar” com a palavra. Se a palavra deve receber um significado exato, nada menos que o critério deve ser dado; por outro lado, não pode dar mais que o critério, porque é uma determinação suficiente de significado. O significado está contido implicitamente no critério, tudo que resta a fazer é tornar o significado explícito (Carnap, 1959, p. 63).

A associação de representações e sentimentos com as palavras não é aceitável para a determinação de seu sentido.

Mas, talvez, ele nos assegure que gostaria de dizer, ao final, algo (...). Disto, porém, aprendemos apenas o fato psicológico de que ele associou algum tipo de representação e sentimento à palavra. No entanto, a palavra não adquire um significado através de tais associações. Se um critério para a palavra não é estipulado, então, as proposições em que ocorrem não dizem nada, não passam de pseudoproposições (Carnap, 1959, p. 64).

Os critérios para a elucidação do tipo de pseudoproposição que contém palavras que se supõem com sentido são:

1. Os critérios empíricos de “a” são conhecidos.
2. Está determinado a partir de quais proposições protocolares “S(a)” pode ser derivada.
3. As condições de verdade para “S(a)” estão estabelecidas.
4. O caminho de verificação de “S(a)” é conhecido.

Para mostrar ao metafísico que ele está violando princípios básicos da sintaxe, tudo que é preciso fazer, diz Carnap, é mostrar que ele está usando uma palavra que pensa ter significado (por adicionar representações mentais a ela), mas retirando-a de seu uso normal e de seu critério normal de uso e não adicionando outro em seu lugar. Os problemas com a linguagem metafísica não se esgotam aí.

Um metafísico pode talvez mostrar todos os usos das proposições elementares e saber o que significam as palavras usadas, mas a combinação de palavras significativas pode não ser permitida pela sintaxe. A sintaxe gramatical das linguagens naturais nem sempre deixa claro quais são os casos permitidos e quais são os proibidos. Carnap apresenta dois exemplos para ilustrar seu ponto:

1. César é e.
2. César é um número primo.

A primeira sequência é formada não sintaticamente. A sintaxe gramatical é feliz em identificar o problema. A segunda sequência é sintaticamente bem formulada, mas ainda assim não tem sentido. O motivo é que o lugar ocupado por “número primo” deveria ser ocupado por uma propriedade ou atributo de pessoas e não uma propriedade ou atributo de números. A frase 2 possui uma aparência de sentido, mas não têm. Essa falha da gramática comum, argumenta Carnap, mostra como ela é logicamente insuficiente. Esse é um dos traços da filosofia de Carnap (e que remonta a Frege): por meio dos recursos das linguagens artificiais podem-se elucidar afirmações e problemas da linguagem comum.

O fato de que as regras de sintaxe gramatical não sejam transgredidas, facilmente conduz alguém, à primeira vista, à opinião errônea de que ainda se trate de uma proposição, apesar de falsa (Carnap, 1959, p. 68).

Carnap usa como exemplo para ilustrar a tese da violação da sintaxe lógica da linguagem em textos “daquela doutrina metafísica que exerce, no presente, a mais forte influência na Alemanha”, a saber, Heidegger (1929), “O que é a metafísica?”:

Pesquisado deve ser apenas o ente e mais – nada; somente o ente e além dele – nada; unicamente o ente e, além disso – nada; unicamente o ente, e além do ente – nada. Que acontece com este nada? (...) Existe o nada apenas porque existe o “não”, isto é, a negação? Ou não acontece o contrário? Existe a negação e o “não” apenas porque “existe” o nada? ... Nós afirmamos: o nada é mais originário que o “não” e a negação. (...) Onde procuramos o nada? Onde encontramos o nada? (...) nós conhecemos o nada (...) A angústia manifesta o nada (...) Diante de que e por que nós nos angustiávamos era “propriamente” – nada. Efetivamente: o nada mesmo – enquanto tal – estava aí. (...) O que é este nada? O próprio nada nadaifica (Heidegger, 1979, p. 36-40).

Adiante, Carnap constrói um elaborado esquema para mostrar que a produção de pseudoproposições decorre de um defeito lógico da linguagem. Dessa análise de Carnap, Conant pergunta-se:

Que base tem Carnap para suspeitar que esses enunciados de Heidegger são sem sentido? Fica-se com a suspeita de que o que inicialmente levou-os a ficarem sob uma nuvem de suspeita é que não são nem sequer *gramaticalmente* bem formados. A mesma palavra (“nada”) que ordinariamente significa uma partícula lógica (usada em enunciados existenciais negativos) aparece no texto algumas vezes no lugar gramatical de um substantivo, algumas vezes no de um verbo. Carnap fornece ao leitor uma elaborada tabela que pretende demonstrar como alguém poderia ser induzido pelas características da superfície da gramática ao pensamento de

que ele está empregando a palavra “nada” de uma maneira não objetável quando, na realidade, está empregando-a ao modo ilícito de um Heidegger. Mas é difícil ver como o texto de Heidegger poderia ser uma ilustração da teoria de Carnap (Conant, 2002, p. 408).

Mas, de fato, Carnap não pretende que esse seja um exemplo de erro metafísico não-detectável até ser elucidado pela sintaxe lógica, como quer Conant. Carnap diz que “muitas das assim chamadas proposições da metafísica não são tão facilmente reconhecíveis como pseudoproposições”, mas o exemplo de Heidegger é escolhido justamente por ser um exemplo “de pseudoproposições metafísicas nas quais a violação da sintaxe lógica é especialmente clara” e mais, “o autor está claramente ciente do conflito que suas perguntas e proposições contradizem a lógica”. O próprio Heidegger diz isso:

Tanto a pergunta como a resposta são, no que diz respeito ao nada, igualmente contraditórias em si mesmas. Assim, não é preciso, pois, que a ciência, primeiro rejeite o nada. A regra fundamental do pensamento a que comumente se recorre, o princípio da não-contradição, a “lógica” universal, arrasa esta pergunta (Heidegger, 1979, p. 37).

“A análise de Carnap repousa”, afirma Conant (2002, p. 408), “sobre a suposição de que as palavras de Heidegger são empregadas por ele em nada além do que seu sentido usual. Mas o problema com o exemplo é que é difícil ver como esse autor *poderia* imaginar que está empregando as palavras em seus sentidos usuais. Carnap vê esse problema”. Na sequência, Conant fornece a resposta de Carnap, remetendo a essa passagem do *Überwindung*:

Em vista dos grosseiros erros lógicos que encontramos nas frases IIB [de Heidegger], devemos ser levados a conjecturar que talvez a palavra “nada” tenha, no tratado citado, um significado inteiramente diferente do usual. E essa presunção é, outrossim, fortalecida quando lemos ali que a angústia revela o nada, que o nada em si mesmo está presente como tal na angústia. Pois aqui a palavra “nada” parece referir-se a uma certa constituição emocional, possivelmente de um tipo religioso, ou alguma outra coisa que está na base de tal sentimento. Se tal fosse o caso, os mencionados erros lógicos das proposições IIB [de Heidegger] não seriam cometidos. Mas a primeira frase da citação, no início da seção, prova que esta interpretação não é possível. A combinação de “somente” e “e mais – nada” mostra, inconfundivelmente, que a palavra “nada”, aqui, tem o significado usual de uma partícula lógica que serve como expressão de uma proposição existencial negada. Esta introdução da palavra “nada” é, então, seguida imediatamente pela pergunta principal do tratado: “O que é este nada?”.

Mas nossas dúvidas quanto a uma possível má interpretação ficam completamente dissolvidas quando notamos que o autor está claramente ciente do conflito que suas perguntas e proposições contradizem a lógica. “Tanto a pergunta como a resposta são, no que diz respeito ao nada, igualmente contraditórias em si mesmas. Assim, não é preciso; pois, que a ciência primeiro rejeite o nada. A regra fundamental do pensamento a que comumente se recorre, o princípio da não-contradição, a “lógica” universal, arrasa esta pergunta”. Tanto pior para a lógica! Devemos abolir sua soberania:

“Se assim se rompe o poder do entendimento no campo da interrogação pelo nada e pelo ser, então se decide também, com isto, o destino do domínio da ‘lógica’ no seio da filosofia. A ideia da ‘lógica’ mesma se dissolve no redemoinho de uma interrogação mais originária.” Mas estará a sóbria ciência em acordo com o turbilhão do questionamento contralógico? Para essa questão, também, já está dada a resposta: “A aparente sobriedade e superioridade da ciência transforma-se em ridículo, se não leva a sério o nada”. Dessa forma, encontramos aqui uma boa confirmação de nossa tese; um metafísico, ele mesmo, chega à constatação que suas perguntas e respostas são irreconciliáveis com a lógica e o modo científico de pensar (Carnap, 1959, p. 71).

Conant (2002, p. 408) afirma, “a ocorrência da palavra ‘nada’ na primeira frase ‘mostra inequivocamente’, diz Carnap, que a palavra ‘nada’ é usada univocamente em nenhum outro sentido além do usual em todo o texto de Heidegger”. Novamente, Conant está negligenciando, em sua interpretação, partes do texto de Carnap.

Pois aqui a palavra “nada” parece referir-se a uma certa constituição emocional, possivelmente de um tipo religioso, ou alguma outra coisa que está na base de tal sentimento. Se tal fosse o caso, os mencionados erros lógicos *das proposições IIB* [de Heidegger] não seriam cometidos. Mas a primeira frase da citação, no início da seção, prova que esta interpretação não é possível. A combinação de “somente” e “e mais – nada” mostra, inconfundivelmente, que a palavra “nada”, *aqui*, tem o significado usual de uma partícula lógica que serve como expressão de uma proposição existencial negada (Carnap, 1959, p. 71, grifo nosso).

Veja que Carnap está dizendo que “aqui”, ou seja, nas primeiras frases da citação de Heidegger (“Pesquisado deve ser apenas o ente e mais – nada; somente o ente e além dele – nada”), que a palavra “nada” tem o significado usual, mas não em todo o texto. Conant (2002, p. 409) prossegue tentando encontrar razões para Carnap ter descartado “a possibilidade de que seu sentido” ali “poder ser diferente do comum”. Sua resposta: “Sua evidência para tal alegação é que na *primeira* frase (...) vemos o autor usando a palavra ‘nada’ em sua forma usual”. Conant não percebe que esse não é o caso, a continuação da citação de Carnap mostra que ele não pensa que a palavra “nada” é usada por Heidegger univocamente. A continuação da citação de Carnap, omitida por Conant ao introduzi-la em seu texto, é esta: “Esta introdução da palavra ‘nada’ é, então, seguida imediatamente pela pergunta principal do tratado: ‘O que é este nada?’”. Aqui Carnap está justamente mostrando como depois da sequência de utilização usual da palavra⁹, Heidegger está utilizando-a agora em um sentido não usual, na pergunta principal do tratado, na forma de um substantivo.

É extremamente duvidoso que Carnap esteja considerando que a palavra “nada” é usada em todo texto de Heidegger “univocamente”, já que Carnap constrói sua tabela justamente para tornar evidente que ela é usada de modo diferente do usual. E, além disso, levanta suspeita sobre uma possibilidade de uma má interpretação, que imediatamente é excluída, vista a admissão de Heidegger de que suas perguntas estão em conflito com a lógica.

⁹ A saber: “uma partícula lógica que serve para a formulação de um enunciado existencial negativo” (Carnap, 1959, p. 71).

Conclusão

Conant (2002, p. 410) alega que a análise de Carnap está baseada na pressuposição de que se o caráter contrassensual das declarações dos metafísicos fosse mostrada a eles, eles não mais se seriam atraídos por elas. Essa alegação, no entanto, não é documentada; não há nada no texto de Carnap que indique esse pressuposto e que a tarefa de superação é realizada através do reconhecimento pelo metafísico de seu emprego inadequado de suas palavras (Conant, 2001, p. 19). Ao contrário, como Conant (2002, p. 405) mesmo corretamente apontou, a palavra alemã “Überwindung”, que é traduzida por Pap como “eliminação”, seria melhor traduzida por “superação”, e é essa exatamente a proposta de Carnap. Isso fica explícito logo no início de seu texto (1959, p. 60), ao referir-se às tentativas anteriores de oposição à metafísica: “Se estas questões podem ou não ser respondidas, de qualquer forma é desnecessário preocupar-se com elas; devotemo-nos inteiramente às tarefas práticas que afrontam os homens ativos a cada dia!”.

E de fato, Heidegger reconhece explicitamente que está usando a linguagem de um modo diferenciado. Ele recusa o tipo de critério de significado que Carnap urge determinar. Carnap está preocupado com um tipo específico de sentido, o sentido cognitivo, e não nega, que a metafísica tenha outros sentidos possíveis, como o estético e o sentimental (ver a seção 7 do *Überwindung*). A acusação de que o metafísico precisa saber que seu uso das proposições é contrassensual, então, fica desfeita. Além de não encontrar respaldo no texto, esse não é um problema para Carnap – não importa se o metafísico sabe que está sendo enganado pela aparência gramatical, o que importa para Carnap é que ele pretende e falha em produzir proposições com sentido cognitivo.

Por fim, a diferenciação entre dois tipos de contrassensos em Carnap não está totalmente correta: as duas formas de produção de contrassensos – ou por palavras sem significados ou arranjadas incorretamente – levam a apenas um tipo de contrassenso. Em nenhum lugar Carnap diferencia entre dois tipos diferentes de contrassenso, o que ele faz é diferenciar duas maneiras pelas quais as proposições contrassensuais têm sua origem, que são expressas em dois tipos de pseudoproposições.

É importante deixar claro, no entanto, que dentro dessa discussão, os integrantes do Círculo de Viena tinham seus objetivos particulares. Nem todas as teses tractatianas são endossadas acriticamente por seus membros. Carnap, por exemplo – e talvez esse seja um ponto de inflexão no entendimento dos dois autores – recusa os argumentos de Wittgenstein sobre a impossibilidade de uma teoria semântica (sobre isso, ver Stern, 2003, p. 128), recusa também o desinteresse (ou desprezo) pela matemática e pelas linguagens formalizadas (Carnap, 1963, p. 28) e considera útil a elaboração de uma metalinguagem que expresse aquilo que não pode ser expresso com sentido na linguagem, e sirva para a clarificação e correção da linguagem comum.

* * *

Referências

CARNAP, R. *Scheinprobleme in der Philosophie: Das Fremdpsychische und der Realismusstreit* Weltkreis, Berlin 1928; Berlin: Felix Meiner, 1962; tradução inglesa por Rolf A. George. In: Rudolf Carnap, *The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.

_____. Pseudoproblemas da Filosofia, trad. por Pablo R. Mariconda. In: SCHLICK, M. e CARNAP, R. Coletânea de Textos (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache. *Erkenntnis* 2, 1931/32.

_____. The Elimination of Metaphysics through Logical Analysis of Language. Tradução inglesa por A. Pap. In: AYER, A. J. (ed.). *Logical Positivism*. New York: The Free Press, 1959.

_____. Intellectual Autobiography. In: P. Schilpp (ed.), *The Philosophy of Rudolf Carnap*. La Salle, Ill.: Open Court, 1963.

_____. *Der Logische Aufbau der Welt*, 1928. Leipzig: Felix Meiner Verlag. tradução inglesa por Rolf A. George. *The Logical Structure of the World - Pseudoproblems in Philosophy*. Los Angeles: University of California Press, 1967.

CONANT, J. The Method of the *Tractatus*. In: RECK, Erich (ed.). *From Frege to Wittgenstein: Perspectives on Early Analytic Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. Two Conceptions of Die Überwindung der Metaphysik. In: McCARTHY, T. e STIDD, S. C. (eds.), *Wittgenstein in America*, Oxford: Oxford University Press, 2001.

_____. Wittgenstein's Later Criticism of the *Tractatus* In: PICHLER, A. and SÄÄTELÄ, S. (eds.), *Wittgenstein: The Philosopher and His Works*. Publications of the Austrian Ludwig Wittgenstein Society. New Series, Vol. 2. Frankfurt, Paris, Ebikon, Lancaster, New Brunswick: Ontos Verlag, 2006.

HACKER, P. M. S. Wittgenstein, Carnap and the New American Wittgensteinians. In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 53, No. 210, 2003.

_____. *Insight and Illusion*, 2^a Ed. Oxford: Oxford University Press, 1986.

HEIDEGGER, M. Was ist Metaphysik? Bonn: 1929. [tradução brasileira por E. Stein: "Que é metafísica?". In: HEIDEGGER, M., *Conferências e escritos filosóficos* (Col. Os Pensadores; vol. XLV). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

STERN, D. The Methods of the *Tractatus*: Beyond Positivism and Metaphysics?. In: PARRINI, P., SALMON, W., and SALMON, M. (eds.), *Logical Empiricism* Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2003.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad. por Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1995.

WITTGENSTEIN, L. Letter to Moritz Schilck. August 8, 1932. Citado em J. Conant, Two Conceptions of Die Überwindung der Metaphysik. In: McCARTHY, T. e STIDD, S. C. (eds.), *Wittgenstein in America*, Oxford: Oxford University Press, 2001.